



**Gabinete do  
Procurador-Geral Adjunto para  
Crimes Graves  
Timor Leste**

**UNIDADE DE CRIMES GRAVES ACTUALIZAÇÃO X/03** 22 de Dezembro, 2003

**UCG: INVESTIGAÇÃO E ACUSAÇÃO**

**A Unidade de Crimes Graves (UCG) foi estabelecida pela Autoridade Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) segundo a Resolução 1272 do Conselho de Segurança da ONU (1999). Como designada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Unidade de Crimes Graves é responsável por preparar as acusações e contribuir para que a justiça seja feita em relação aos responsáveis pelos crimes contra a humanidade e outros crimes graves cometidos em Timor-Leste em 1999.**

Desde a independência de Timor Leste, no dia 20 de Maio de 2002, a UCG funciona sob a autoridade legal do Procurador-Geral da República Democrática de Timor Leste (RDTL). Dr. Longuinhos Monteiro é actualmente o Procurador-Geral. O Gabinete do Procurador-Geral é dividido em duas secções: Crimes Ordinários e a Unidade de Crimes Graves.

A Unidade de Crimes Graves é chefiada pelo Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves que informa funcionalmente o Procurador-Geral e é responsável por administrar as investigações e as acusações da UCG. Nicholas Koumjian é actualmente o Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves e começou a exercer suas funções na UCG no dia 20 de Outubro de 2003.

A UCG possui actualmente **111** funcionários, incluindo 38 internacionais da ONU, entre os quais encontram-se procuradores, assessores jurídicos, investigadores, especialistas forenses e tradutores, assim como 10 investigadores da polícia da ONU e 35 funcionários nacionais da ONU, incluindo tradutores e assistentes da morgue. Para além destes, existem também 10 procuradores em formação, assessores jurídicos, funcionários da Unidade de Tecnologias de Informação e Codificação de Dados e Investigadores timorenses, que trabalham com as equipas com os funcionários internacionais da ONU, assim como 18 Polícias (PNTL) Investigadores timorenses em formação. Doze desses Investigadores em formação da PNTL participaram no Programa de Formação de Investigadores da UCG no mês de Agosto de 2003.

A UCG está dividida em quatro equipas de acusação, compostas por procuradores internacionais, assessores jurídicos e investigadores, assim como equipas forenses e de gestão de provas e de testemunhas. As equipas de acusação/investigação cobrem os 13 distritos de Timor Leste com gabinetes de investigação distritais actualmente a funcionar nos distritos de Dili e Covalima. O gabinete de Oecussi foi recentemente fechado devido à redução de investigadores policiais da ONU.

A UCG está actualmente a investigar e a proceder a acusações de casos de crimes contra a humanidade, assim como de delitos individuais de homicídio, violação, tortura e outros crimes graves cometidos em Timor Leste entre 1 de Janeiro e 25 de Outubro de 1999.

**INFORMAÇÃO SOBRE AS ACUSAÇÕES DA UCG**

**Desde que a UCG iniciou actividades, foram submetidas 81 acusações junto do painel especial para crimes graves, no Tribunal Distrital de Dili. Nos processos, existem acusações contra um total de 369 pessoas.**

Os acusados nas 81 acusações incluem 37 comandantes e oficiais militares indonésios das TNI e 4 chefes da polícia indonésios, 65 oficiais e soldados timorenses das TNI, o ex-governador de Timor Leste e 5 ex-administradores distritais. Presentemente, 281 dos 369 indiciados pela UCG encontram-se a monte na Indonésia.

### **10 acusações prioritárias e outros casos de crimes contra a humanidade**

Os 10 casos de acusações prioritários incluem o ataque à Igreja de Liquiça, o massacre na Igreja de Suai, o ataque de Setembro ao recinto do Bispo D. Ximenes Belo, o ataque ao Posto da Polícia de Maliana, e os 745 assassinios do Batalhão das TNI. Um total de 183 pessoas acusadas estão indiciadas por crimes contra a humanidade nos 10 casos prioritários, onde 168 dos 183 acusados se encontram a monte da Indonésia.

A **acusação nacional**, submetida a 24 de Fevereiro, indicia o ex-ministro indonésio da Defesa e Comandante das Forças Armadas, seis comandantes militares indonésios de alta patente e o ex-governador de Timor Leste com crimes contra a humanidade por homicídio, deportação e perseguição durante o ano de 1999.

Até hoje, 55 das 81 acusações submetidas pela UCG acusam por crimes contra a humanidade 339 arguidos. Estes processos incluem casos de crimes contra a humanidade, como casos de violações, o processo de Baucau e o caso de violação da TNI, acusando 5 soldados timorenses das TNI por violação como crime contra a humanidade.

### **Processo do soldado da TNI de Aileu**

A **18 de Novembro de 2003**, uma única acusação foi submetida nos painéis especiais para crimes graves, acusando o ex-soldado timorense das TNI Adolfo Amaral, do Distrito de Aileu, por homicídio e tentativa de homicídio como crimes contra a humanidade. Adolfo Amaral é acusado pelo homicídio de Francisco Alexio, também conhecido como Carvalho, e pela tentativa de homicídio de três homens perto da Vila de Kotolau, no Distrito de Aileu, a 6 de Setembro de 1999. A acusação alega que um grupo de soldados com uniforme das TNI dispararam vários tiros ao grupo de quatro homens, onde Amaral alegadamente disparou à queima roupa Francisco Alexio, que morreu em resultado destes ferimentos, e outra vítima que sobreviveu aos ferimentos. Acredita-se que Amaral permaneça a monte na Indonésia. O Tribunal Distrital de Dili solicitou mandados de captura, que serão enviados ao Procurador-Geral da Indonésia e à Interpol, assim que forem recebidos da UCG.

### **PROGRAMA DE FORMAÇÃO DA PNTL NA UCG**

Em Agosto de 2003, os 12 novos formandos investigadores da PNTL juntaram-se ao programa de formação de investigadores na UCG. Os 12 investigadores da PNTL completaram recentemente um programa de formação de 8 semanas, a 21 de Novembro de 2003, conduzido por um consultor em formação da polícia, num programa financiado pela USAID, e um investigador da UNPOL da UCG. O curso forneceu aos formandos da PNTL formação específica em investigação, procedimentos legais e capacidades específicas relacionadas com a investigação de violações graves do direito humanitário. Crimes contra a humanidade, homicídio e ofensas sexuais foram examinados em detalhe durante o curso. Os cursos de formação da PNTL cobriram assuntos sobre como planear e gerir uma investigação, incluindo cena do crime e gestão de evidências. Com a finalização do curso intensivo, os 12 polícias da PNTL estão agora a trabalhar nas equipas de investigação operacional da UCG, estando a receber formação prática sob a supervisão da UNPOL e investigadores internacionais da ONU, como continuação da sua formação.

### **JULGAMENTOS NOS PAINÉIS ESPECIAIS PARA CRIMES GRAVES**

No ano de 2000, a UNTAET estabeleceu os painéis especiais de juízes no Tribunal Distrital de Dili, para casos de crimes contra a humanidade e crimes graves do ano de 1999. Os painéis especiais para crimes graves são compostos por dois juízes internacionais e um

timorense, que se dedicam a casos de crimes contra a humanidade e crimes graves do período de 1999.

Até hoje verificaram-se **46 condenações, 1 absolvição e 2 rejeições de acusações** nos painéis especiais para crimes graves desde que os julgamentos se iniciaram (uma das acusações rejeitadas foi reinstalado pelo Tribunal de Recurso – ver mais abaixo. Os condenados e o absolvido nos julgamentos incluem soldados timorenses das TNI, membros timorenses das milícias e membros da resistência timorense Falintil.

Desde 1 de Julho de 2003, verificou-se um total de 14 decisões judiciais no painéis especiais para crimes graves, num total de 30 decisões desde que os julgamentos se iniciaram, em Janeiro de 2001. Presentemente, estão em curso 8 julgamentos nos painéis especiais para crimes graves, com outros julgamentos de arguidos presentes em Timor Leste marcados para ter início nos próximos meses.

#### **A condenação do membro da milícia Laksur de Covalima, Miguel Mau**

O julgamento de Miguel Mau teve início a 13 de Novembro de 2003. Durante o julgamento, Miguel Mau declarou-se culpado por três pontos de acusação por crimes contra a humanidade relacionados com crimes cometidos no Sub-distrito de Tilomar, a 23 de Abril de 1999. Os três pontos de acusação por crimes contra a humanidade incluem o homicídio de três apoiantes da independência e o desaparecimento forçado de Lodificus Rabo da Vila de Nikir, Sub-distrito de Tilomar, a tortura de vários aldeões e a destruição de propriedade num ataque conjunto das TNI e da milícia Laksur, na vila de Fatukmetan, Sub-distrito de Tilomar.

A 26 de Novembro de 2003, os juízes dos painéis especiais para crimes graves condenaram Miguel Mau por crimes contra a humanidade, incluindo homicídio, desaparecimento forçado e perseguição. Tendo em consideração a sua declaração de culpado, o painel especial para crimes graves, formado por três juízes, sentenciou Miguel Mau a 9 anos de prisão.

#### **A condenação de Carlos Soares (também conhecido como Carman) do Distrito de Ermera**

O julgamento de Carlos Soares teve início a 6 de Outubro de 2003. Durante o julgamento, a acusação da UCG argumentou que Carlos Soares tinha esfaqueado Graciano Mau Mario na Vila de Aitura, no Distrito de Ermera, a 19 de Setembro de 1999, depois de ter sido insultado verbalmente por ele, enquanto que a defesa argumentou que Carlos Soares agiu em defesa pessoal.

A 24 de Novembro, os juízes dos painéis especiais para crimes graves, considerou Carlos Soares (também conhecido como Carman) culpado por homicídio, violando o artigo 8 do Regulamento 2000/15 da UNTAET e o artigo 338 no Código Penal Indonésio. Os juízes do painel especial consideraram Carlos Soares responsável pelo homicídio de mau Mario condenando Soares a 4 anos e 6 meses de prisão. O caso de Carlos Soares é um caso normal de homicídio do período de 1999 sem nenhuma relação com os processos dos crimes contra a humanidade contra os membros da TNI e da milícia, que são o foco principal das investigações e acusações da UCG.

#### **A absolvição de Paulino de Jesus**

O julgamento de Paulino de Jesus teve início a 4 de Agosto de 2003. Na primeira acusação dos painéis especiais a 8 de Dezembro de 2003, os juízes dos painéis especiais decidiram por uma maioria de 2-1 absolver Paulino de Jesus por um ponto de acusação como crime contra a humanidade e por um ponto de acusação por tentativa de homicídio como crime contra a humanidade. Paulino de Jesus, um soldado timorense que estava ao serviço das

forças armadas indonésias (TNI), no Distrito de Bobonaro em 1999, foi acusado pela prática directa de um homicídio e ajuda de homicídio na Vila de Lourba, a 10 de Setembro de 1999.

Depois de ter sido absolvido, Paulino de Jesus foi libertado em Timor Leste. As absolvições nos painéis especiais podem ser recorridas. De acordo com o Regulamento 2000/30 da UNTAET, o Gabinete do Procurador-Geral Adjunto para crimes graves tem 10 dias para entrepor um recurso.

### **A condenação do ex-membros Dadurus de Maliana, Salvador Soares**

O julgamento de **Salvador Soares** teve início a 29 de Setembro de 2003. Soares foi condenado a 9 de Dezembro de 2003 por crimes contra a humanidade pelo homicídio de dois timorenses funcionários da UNTAET, a 2 de Setembro de 1999. Salvador Soares foi considerado culpado por homicídio como crime contra a humanidade, por ter esfaqueado Ruben Barros e responsável pelo homicídio de Domingos Pereira, a 2 de Setembro de 1999. O arguido foi considerado culpado por tortura como crime contra a humanidade pelo espancamento de Ruben Barros durante o incidente em frente da casa da família de Barros, na cidade de Maliana. Os juízes do painel especial sentenciou o ex-membro da milícia Daduros Merah Putik, de Maliana, a 10 anos e 6 meses de prisão.

Os dois funcionários da UNTAET foram especialmente alvos num ataque conjunto das forças armadas indonésias (TNI) e da milícia Daduros, comandados por um sargento das TNI, na mesma altura em que as acções de violência em Maliana começaram a aumentar, imediatamente depois da consulta popular. O processo dos assassinatos da UNTAET submetido em Junho de 2002, acusa um total de 10 indivíduos incluindo o antigo chefe dos Serviços de Informação da TNI no Distrito de Bobonaro, o Tenente Sutrisno e o membros dos Serviços de Informação da TNI no Distrito de Bobonaro, o Sargento Asis Fontes, por crimes contra a humanidade, por homicídio e tortura. Os mandados de captura da INTERPOL já foram emitidos em relação a cinco das pessoas acusadas, incluindo o Sargento, que se acredita esteja a residir na Indonésia.

### **A condenação do ex-comandante de pelotão da milícia Lakaur, Damiao da Costa Nunes**

O julgamento de **Damaio Da Costa Nunes, também conhecido como Damianus**, teve início a 29 de Outubro de 2003 e foi concluído em 10 de Dezembro de 2003, onde os juízes do painel especial, condenaram Damiao da Costa Nunes por dois pontos de acusação por homicídio como crime contra a humanidade e por um ponto de acusação por perseguição como crime contra a humanidade. O ex-comandante do pelotão da milícia do Distrito de Covalima, foi considerado culpado por um ponto de acusação pelo seu papel no esfaqueamento do apoiante da independência, Jaime da Costa Nunes na Vila de Mota Ulun, no Distrito de Covalima a 27 de Agosto de 1999. Costa Nunes foi também acusado de homicídio pelo esfaqueamento de José dos Reis no pescoço, a 7 de Setembro de 1999. Costa Nunes foi também considerado culpado por perseguição como crime contra a humanidade pelo sequestro e desaparecimento de Albino Nahak (também conhecido como Albino de Niri), no Sub-distrito de Suai a 6 de Setembro de 1999, que foi mais tarde encontrado morto. Os juízes do painel especial condenaram Costa Nunes a 10 anos e 6 meses de prisão.

### **A condenação do ex-primeiro-sargento das TNI, Marcelino Soares**

O julgamento de Marcelino Soares teve início a 10 de Setembro de 2003, e a 10 de Dezembro de 2003, o painel especial de três juízes condenou o ex-primeiro-sargentos da TNI a 11 anos de prisão por crimes contra a humanidade, por homicídio, tortura e perseguição por detenção ilegal na área de Hera em Dili, em Abril de 1999. Soares foi considerado culpado

por crimes contra a humanidade pelo assassinato de Luís Dias Soares, que foi espancado até à morte por membros das TNI no seu posto, na cidade de Hera, a 20 de Abril de 1999. Soares foi também considerado culpado por tortura como crime contra a humanidade pelo espancamento e tortura de Luis Dias Soares e outros dois apoiantes da independência no posto das TNI em Hera, a 20 de Abril de 1999. Soares foi também considerado culpado por perseguição pela detenção ilegal dos três homens, onde um foi mantido em cativeiro durante quatro dias no posto das TNI, onde foi severamente espancado por soldados das TNI antes de ser libertado a 24 de Abril de 1999. Este é o primeiro caso nos painéis especiais de um membro das TNI a ser condenado por crimes contra a humanidade desde que os julgamentos se iniciaram em Timor Leste.

Os crimes cometidos a 20 de Abril de 1999 no posto das TNI são também indiciados no processo de Hera, submetido pela UCG, que acusa 18 indivíduos com crimes contra a humanidade, incluindo homicídio, tortura, deportação e perseguição cometidos nas áreas de Hera e Metinaro, em Dili, entre Abril e Setembro de 1999. Entre as pessoas acusadas, encontram-se dois comandantes militares indonésios das TNI nos sub-districtos de Hera e Metinaro e quatro soldados timorenses das TNI, assim como comandantes das milícias. Acredita-se que os 18 acusados no processo de Hera estejam a monte na Indonésia.

### **O veredicto no julgamento dos ex-membros da Tim Alfa de Los Palos**

O julgamento dos ex-membros da Tim Saka Gilberto Fernandes, Jose da Costa e Inacio Olivera teve início a 22 de Setembro de 2003, e foram acusados por crimes contra a humanidade pelo homicídio de Veríssimo Dias Quintas, o Liurai (rei local) de Los Palos, a 27 de Agosto de 1999.

A 12 de Dezembro de 2003, os juízes dos painéis especiais para crimes graves absolveram os três ex-membros da milícia Tim Alfa, pelas acusações de homicídio e perseguição como crimes contra a humanidade, tendo os condenado por violência contra propriedade e violência. A acusação alegou que apesar dos três arguidos neste julgamento não tivessem sido os perpetradores directos do assassinato, tiveram um papel significativo para incorrerem em responsabilidade criminal pelo homicídio. O painel especial discordou com isto e absolveu-os por um ponto de acusação por homicídio como crime contra a humanidade. No segundo ponto de acusação, perseguição como crime contra a humanidade, o painel especial requalificou o crime como “Violência contra propriedade ou pessoas cometida por um grupo de pessoas unidas com um fim comum”, de acordo com o artigo 170 do Código Penal Indonésio. As provas apresentada a tribunal mostraram que o acusado disparou vários tiros à residência de Veríssimo Dias Quintas. Por este acto, os juízes do painel especial condenaram os três homens a prisão de um ano e seis meses, respectivamente.

Um dos condenados, Gilberto Fernandes, tinha sido já condenado pelo Painel Especial por tortura como crime contra a humanidade no julgamento de Los Palos e condenado a 5 anos de prisão. Depois do veredicto de 12 de Dezembro, Gilberto Fernandes regressou à prisão, estando agora a cumprir a nova pena de um ano e seis meses.

Numa acusação submetida em Novembro de 2002, o Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, acusou 12 pessoas pelo ataque a 12 de Agosto de 1999, por membros da BRTT e da Tim Alfa na casa de Veríssimo Dias Quintas, incluindo os três indivíduos que foram julgados neste caso. Com a absolvição dos três ex-membros da Tim Alfa, 9 indiciados permanecem a monte na Indonésia, incluindo os Comandantes das Forças Especiais da TNI, as Kopassus, no Distrito de Lautem, Rahman Zulkarnean e Syaful Anwar, o ex-administrador distrital de Lautem, Edmundo da Conceição Silva, descrito na

acusação da UCG como um membro honorário das Forças Especiais da TNI, as Kopassus. Os mandados de captura da INTERPOL já foram emitidos para todos os 9 acusados, incluindo os tenentes Zulkarnean e Anwar que se acredita continuam ao serviço das forças armadas.

## **O TRIBUNAL DE RECURSO**

O Tribunal de Recurso foi estabelecido pelo Regulamento 2000/11 da UNTAET e iniciou a sua actividade a 7 de Fevereiro de 2001. A função do Tribunal de Recurso é permitir a ambos os lados do processo recorrer da sentença de quaisquer dos tribunais distritais em Timor Leste. Isto inclui as partes de casos criminais apresentados perante os Painéis Especiais para Crimes Graves relacionados com crimes contra a humanidade e outros crimes graves cometidos durante o ano de 1999

O Presidente do Tribunal de Recurso é o Dr. Cláudio de Jesus Ximenes, que tem assento num dos painéis de três juízes no Tribunal de Recurso, juntamente com um juiz internacional e um juiz nacional. Nos próximos meses, vários recursos submetidos pela acusação e pela defesa, de decisões dos Painéis Especiais para Crimes Graves, serão ouvidos pelo Tribunal de Recurso

**O recurso no caso dos ex-membros da milícia Aitarak, Domingos Amati e Francisco Matos**

A 28 de Fevereiro de 2003, a UCG indiciou Domingos Amati e Francisco Matos pelo homicídio de António Pinto Soares (também conhecido como Charles), violando o Artigo 340 do Código Penal Indonésio. Numa audiência preliminar a 11 de Julho de 2003, um dos painéis especiais rejeitou acusação da UCG, onde se acusava Domingos Amati e Francisco Matos pelo homicídio de António Pinto Soares (também conhecido como Charles), a 5 de Setembro de 1999, na área de Hera em Dili. O painel especial de juízes argumentou que os factos revelados na acusação não totalizavam um “homicídio” segundo o Artigo 340 do Código Penal Indonésio, o qual requer premeditação. Os juízes decidiram que os factos alegados na acusação só satisfazem os requisitos do Artigo 338, que interpretaram como “homicídio involuntário”. Enquanto que os “homicídios” cometidos entre 1 de Janeiro e 25 de Outubro de 1999 se enquadram dentro da jurisdição dos painéis especiais, o “homicídio involuntário” não se enquadra.

Depois da rejeição da acusação da UCG, a 21 de Julho de 2003, o procurador da UCG submeteu um recurso ao Tribunal de Recurso contra a decisão do painel especial. A 9 de Dezembro de 2003, o Tribunal de Recurso considerou que o Artigo 338 do Código Penal Indonésio qualifica-a como “homicídio” e assim o caso enquadra-se dentro da jurisdição dos painéis especiais. A decisão do Tribunal de Recurso reverteu a rejeição da acusação pelo painel especial, que tinha interpretado o artigo 338 como “homicídio involuntário” e assim considerado fora da jurisdição dos painéis especiais, como o definido pelo Regulamento 2000/15 da UNTAET.

A decisão que reverteu a decisão do painel especial significa que Domingos Amati e Francisco Matos irão enfrentar a justiça por homicídio num futuro julgamento nos painéis especiais para crimes graves com as acusações de homicídio segundo a acusação original da UCG. A decisão de 9 de Dezembro de 2003 do Tribunal de Recurso constituiu a primeira vez que o Tribunal de Recurso aplicou a lei indonésia a crimes cometidos em Timor Leste desde a sua decisão controversa de Julho de 2003 no caso Procurador-Geral Adjunto vs. Armando dos Santos, onde aplicou a lei portuguesa (ver Actualização da UCG VII/03).

**PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A UCG CONTACTE: [scu@un.org](mailto:scu@un.org)**